

**SINGULAR**



JUCESP PROTOCOLO  
0.292.575/16-6



**INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL**

**RONCATO PAISAGISMO COMERCIO DE PLANTAS LTDA – ME**

**CNPJ 11.925.841/0001-26**

**NIRE 35.224.069.852**

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes:

**CHRISTIANE AGNES RONCATO**, brasileira, natural de São José do Rio Preto, casada em regime de comunhão parcial de bens, nascida em 09/12/1958, Arquiteta portadora do documento de identidade RG nº 8.320.112 SSP/SP, expedida em 22/04/1974, CPF nº 025.830.908-36, residente e domiciliada à Rua Antonio Marques Serra, nº 545, Jd Von Zuben, Campinas/SP, CEP 13.044-500;

**PEDRO HENRIQUE RONCATO ISMAEL**, brasileiro, natural de São José do Rio Preto, solteiro, nascido em 11/08/1995, empresário, portador do documento de identidade RG nº 54.702.767-9 SSP/SP, expedida em 23/03/2005, CPF nº 230.238.528-47, residente e domiciliado à Rua Antonio Marques Serra, nº 545, Jd Von Zuben, Campinas/SP, CEP 13.044-500.

Únicos sócios da Sociedade Limitada, **RONCATO PAISAGISMO COMERCIO DE PLANTAS LTDA – ME**, estabelecida na Rua General Marcondes Salgado, 529, Bosque, CEP 13.026-075, Campinas/SP, inscrita no **CNPJ 11.925.841/0001-26**, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP – sob o **NIRE 35.224.069.852**, sessão de 15/03/2010 tem entre si, justo e contratado, esta alteração do contrato social, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**DA ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL**

**Cláusula Primeira** – A Sociedade tem, por Objetivos:

- Comércio de Plantas Ornamentais, Gramas e Acessórios - CNE 47.89-0/02;
- Serviços de Jardinagem em geral - CNAE 81.30-3/00;
- Serviços de Arquitetura - CNAE 7111-1/00;

Tendo em vista as mudanças indicadas nas cláusulas acima do presente instrumento de alteração de contrato social de sociedade empresarial por quotas de responsabilidade limitada, resolvem os sócios promoverem a consolidação e dar nova redação ao contrato social da empresa, que passa a vigorar com as seguintes regras e condições:

**CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

**RONCATO PAISAGISMO COMERCIO DE PLANTAS LTDA**

Os baixo assinados:

**CHRISTIANE AGNES RONCATO**, brasileira, natural de São José do Rio Preto, casada em regime de comunhão parcial de bens, nascida em 09/12/1958, Arquiteta portadora do documento de identidade RG nº 8.320.112 SSP/SP, expedida em 22/04/1974, CPF nº 025.830.908-36, residente e domiciliada à Rua Antonio Marques Serra, nº 545, Jd Von Zuben, Campinas/SP, CEP 13.044-500;

**PEDRO HENRIQUE RONCATO ISMAEL**, brasileiro, natural de São José do Rio Preto, solteiro, nascido em 11/08/1995, empresário, portador do documento de identidade RG nº 54.702.767-9 SSP/SP, expedida em 23/03/2005, CPF nº 230.238.528-47, residente e domiciliado à Rua Antonio Marques Serra, nº 545, Jd Von Zuben, Campinas/SP, CEP 13.044-500.

**DO NOME EMPRESARIAL, SEDE E OBJETIVO**

**Cláusula Primeira** - A Sociedade girar sob a denominação social de **RONCATO PAISAGISMO COMERCIO DE PLANTAS LTDA**, com sede a Rua General Marcondes Salgado 529 - Bosque - Campinas CEP. 1302-07, Estado de São Paulo.

**Cláusula Segunda** - A Sociedade tem, por Objetivos:

- Comércio de Plantas Ornamentais, Gramas e Acessórios - CNE 47.89-0/02;
- Serviços de Jardinagem em geral - CNAE 81.30-3/00;
- Serviços de Arquitetura - CNAE 7111-1/00;

**DO CAPITAL SOCIAL**

**Cláusula Terceira** - O Capital social é de R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais) dividido em 5.000 (Cinco mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizado neste ato em moeda corrente do país distribuído entre os sócios da seguinte forma:

NOME	QUOTAS	UNITÁRIO	TOTAL
CHRISTIANE AGNES RONCATO	500	R\$ 1,00	R\$ 500,00
PEDRO HENRIQUE RONCATO ISMAEL	4.500	R\$ 1,00	R\$ 4.500,00
TOTAL	5.000	R\$ 1,00	R\$ 5.000,00

**Parágrafo Único** - Nos termos do Artigo 1.052 da Lei 10.406/02 de 1.0.02.2002, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor do suas quotas no capital social, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

## DO INÍCIO E DURAÇÃO DA SOCIEDADE

**Cláusula Quarta** – A sociedade iniciou as suas atividades no dia 15/03/2010 e o prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado, sendo, todavia viável a modificação do Contrato Social bem como no tocante a Administração da sociedade com consentimento de todos os sócios.

## DA ADMINISTRAÇÃO, PROIBIÇÕES E PRÓ-LABORE

**Cláusula Quinta** – A Administração da sociedade, bem como a sua representação em juízo ou fora dele, será exercida pela sócia, **Christiane Agnes Roncato**, individualmente e indistintamente autorizando o uso do nome empresarial tão somente nos negócios que digam respeito à sociedade, podendo outorgar procurações a terceiros, com amplos poderes para gerir a empresa desde que especificado no próprio instrumento, movimentar as contas bancárias assinar todos os documentos pertencentes à empresa, praticar todos os atos empresariais necessários ao cumprimento dos objetivos sociais sendo-lhes vedado o seu uso para fins estranhos ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

**Cláusula Sexta** – Somente a sócia Christiane Agnes Roncato, terá direito a Retirada Mensal a título de Pró-Labore, respeitando o limite fixado por Lei cujo montante será levado à conta de Despesas Operacionais.

**Parágrafo Primeiro** – A sociedade autoriza a contratação de administradores não sócios, mesmo que o Capital tenha sido totalmente integralizado, ainda que os sócios tenham a maioria das quotas sociais.

**Parágrafo Segundo** – O sócio, no cargo de administrador, mesmo na condição de sócio minoritário poderá ser destituído nos casos previstos em lei e ainda sempre que agir de forma contrária aos interesses da sociedade por si ou por terceiros, devendo em qualquer um dos casos haver a aprovação de titulares de quotas correspondentes, no mínimo, a maioria simples do capital social.

## DOS IMPEDIMENTOS LEGAIS DOS SÓCIOS ADMINISTRADORES

**Cláusula Sétima** – Os sócios, já qualificados no presente instrumento, declaram, sob as penas da Lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crimes falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CRA

RA